

Património: o dilema da relação entre preservação e desenvolvimento sociocultural

Marluci Menezes

Doutora em Antropologia, Investigadora do LNEC, Lisboa, Portugal, marluci@lneec.pt

RESUMO: Pretende-se discutir e questionar em que medida: 1) as dinâmicas de reificação do mundo social tido como património reflectem uma reflexão aturada e informada sobre os seus múltiplos (e desiguais) impactes sociais; 2) os propósitos de reabilitar, revitalizar, redinamizar, requalificar, regenerar e reconverter têm de facto conseguido gerir a complexa relação entre diversidades, diferenças e desigualdades sociais.

PALAVRAS-CHAVE: património, preservação, desenvolvimento sociocultural, reabilitação

1. QUE PATRIMÓNIO CULTURAL PRESERVAR?

Questões de partida

De que se fala quando se faz referência à preservação do património cultural, nomeadamente quando tal desígnio pode sugerir algo muito próximo da tentativa de revitalização e resgate da *tradição*? Como se opera a selecção daquilo que se entende ser o mais genuíno testemunho do passado? O que interessa recuperar? Quem diz o que deve ser protegido e/ou revitalizado? Em que medida a ideia de conservar e/ou recriar a autenticidade de determinadas manifestações socioculturais – tomadas como expressões sensíveis de *uma cultura* – se afigura como um propósito contraditório para com a própria dinâmica das sociedades? Como gerir a difícil relação entre a preservação do património e a promoção de um desenvolvimento social e integrado, que se traduza na melhoria efectiva das condições da vida urbana? Para quem se preserva e revitaliza o património?

Visa-se aqui discutir e questionar em que medida (i) as dinâmicas de reificação do mundo social tido como património reflectem uma reflexão aturada e informada sobre os seus múltiplos (e desiguais) impactes sociais; (ii) e de que modo os propósitos de reabilitar, revitalizar, redinamizar, requalificar, regenerar e reconverter têm de facto conseguido gerir a complexa relação entre diversidades, diferenças e desigualdades sociais. Para este objectivo, toma-se como exemplo algumas observações sobre a intervenção contemporânea nos designados *núcleos urbanos históricos* da cidade de Lisboa, os quais vêm sendo objecto de reabilitação desde meados dos anos 80 do século XX¹.

Preservação da tradição?

Para Portas [1], as perspectivas de intervenção urbana que se apoiam no prefixo *re* – reabilitar, revitalizar, redinamizar, requalificar, regenerar e reconverterⁱⁱ – evocam, em grande medida, àquilo que é necessário *fazer pelo património*. Todavia, estas perspectivas nem sempre clarificam as múltiplas implicações que tais intenções podem ter (ou têm) nas dinâmicas socioculturais. Repare-se que, como chama atenção Vasconcellos e Mello [2], “implícita em todos os REs, está a manutenção da cultura local. Seria essa cultura possível

de ser mantida, se o próprio conceito de cultura leva a entendê-la como um processo dinâmico e mutável no tempo?”.

Como refere Gonçalves [3]: “os patrimónios culturais são estratégias por meio dos quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em *património*. Transformar objectos, estruturas arquitectónicas e estruturas urbanísticas em património cultural significa atribuir-lhes uma função de *representação*, que funda memória e identidade. Os diálogos e as lutas em torno do que seja o verdadeiro património são lutas pela guarda de fronteiras, do que pode ou não pode receber o nome de *património*, uma metáfora que sugere sempre unidade no espaço e continuidade no tempo no que se refere à identidade e memória de um indivíduo ou de um grupo. Os patrimónios são, assim, instrumentos de constituição de subjectividades individuais e colectivas, um recurso à disposição de grupos sociais e seus representantes em sua luta por reconhecimento social e político no espaço público”.

Nesta óptica, as iniciativas de salvaguarda do património cultural que reflectem intuítos de revitalização de determinadas práticas socioculturais a partir da idealização de uma originalidade (genuidade para uns, autenticidade para outros) algures situada num tempo passado, inferem dúvidas. Já que, por um lado, pode-se questionar os intuítos de recuperação, reabilitação e conseqüente conservação do património cultural, sem que para tal seja explicitado o significado e a metodologia utilizada para incluir a dimensão ‘tempo’ na análise do espaço [2]. Por outro lado, subsistem dúvidas acerca dos critérios que capacitam determinados elementos socioculturais (e que também se repercute na selecção de determinadas épocas e não de outras), a serem mais genuínos do que outros: Quem dita o que deve ser protegido e/ou revitalizado? Que tradição pura e/ou genuína se quer conservar, recuperar, revitalizar, reanimar e/ou reabilitar? O que está em jogo quando de iniciativas que tencionam recriar determinadas tradições? Visa-se a reinvenção da originalidade de determinadas manifestações socioculturais? Mas, quais práticas culturais reconstituir? O que interessa? Em que medida é que a ideia de conservar e reabilitar a autenticidade de uma cultura e de uma tradição, entra em contradição com a própria dinâmica das sociedades? Por exemplo, ao pensar-se no fado, designadamente quando esta manifestação cultural é, em grande medida, associada aos bairros populares e históricos de Lisboa, o que fazer com todo o conjunto de personagens e dinâmicas atribuídas ao próprio contexto socio-ecológico que deu fama ao fado, nomeadamente quando nele pontuam memórias reportadas à prostituição, à miséria, ao alcoolismo, à *malandragem*? Recupera-se apenas o que interessa? Mas o que interessa e quem define o que interessa?

Como salienta Costa [7], “de entre as sucessivas camadas da longa e continuada produção do espaço urbano local, são seleccionados certos elementos a que se atribui um carácter mais autêntico do que aos outros. E os critérios de selecção que são eminentemente de significado social, e que radicam (...) nos sujeitos que os accionam, são concebidos como emanando de uma supostamente intrínseca genuinidade diferencial dos objectos – como se certas obras da acção humana, ou certas épocas fossem portadoras de uma essencialidade ontológica maior do que as outras”.

Um outro exemplo refere-se ao recente plano de intervenção camarária denominado “Programa de Acção Mouraria” e que se enquadra na “Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa – 2011/2024” [4] Este Programa é apresentado no site da Câmara Municipal de Lisboa (CML) [5] do seguinte modo: “Face a um quadro de problemas sócio-urbanísticos geradores de exclusão identificados no bairro da Mouraria, sendo os mais evidentes a

degradação do edificado e do espaço público, o envelhecimento da população, as carências económicas das famílias e a prática de comércio ilícitos, foi desenvolvido o Programa de Acção (PA) Mouraria: as cidades dentro da cidade, constituído por um conjunto de operações com vista ao reforço dos aspectos positivos do bairro, de que são exemplo o património material e imaterial, a actividade económica, a vitalidade populacional e a multiculturalidade”.

No âmbito deste Programa, a “intervenção de maior visibilidade e indutora de novos comportamentos” está relacionada com a requalificação do espaço público, esperando-se que tal viabilize “a divulgação da Mouraria nas rotas turísticas (...) com a criação de um Percurso Turístico-Cultural”, para o qual também contribuirá a intervenção em determinados edifícios “identificados como estruturas identitárias”ⁱⁱⁱ [5]. Entre as acções programadas, chama-nos a atenção a da “dimensão identitária e de integração”, entretanto materializada pela acção designada como “Corredor Intercultural” e cujo objectivo é “funcionar como uma caixa de ressonância de valorização transversal da interculturalidade”, através de acções específicas como: o festival multicultural “Há Mundos na Mouraria”, a promoção da gastronomia árabe e galega e da que “resulta da miscigenação étnica e cultural” e ainda acções de “carácter cultural e de transmissão de conhecimento”, no sentido de aproximar a “população habitualmente considerada inculta a formas de expressão incluídas no que habitualmente se designa por cultura” [5].

Todavia, que cultura se pretende recuperar, reabilitar e conservar quando a população local é considerada inculta? Poder-se-ia falar numa iliteracia cultural do tempo presente, ao contrário de uma literacia cultural algures situada num tempo passado e que pode ser recuperada? Estará a (re)invenção de uma gastronomia árabe e galega associada a dinâmica pluricultural que caracteriza a realidade do bairro da Mouraria? Mas tal não será uma dinâmica actual?

Tais questões são, contudo, subsidiárias de uma problemática relacionada com os dilemas e as disputas simbólicas pela imagem identitária do bairro – no caso da Mouraria – no processo de construção da própria imagem da cidade. Mas estão igualmente relacionadas com uma disputa pela apropriação social do espaço físico local e dos seus respectivos patrimónios.

Mas, ao retomar o fio condutor desta reflexão, somos levados a questionar sobre o papel que deveria ter um referencial analítico que, de facto, permitisse avaliar os impactes existentes no processo de conversão de determinados bens ou manifestações culturais em referentes identitários dos contextos. Tal é ainda mais relevante quando Lisboa se constitui como “objecto de reabilitação urbana” [6] desde meados de 1980.

A forma como tem sido discutida a questão da autenticidade cultural dos contextos urbanos considerados património releva, como sublinha Moragas [8], a questão de um eventual congelamento de determinadas condições de vida e a ocorrência de uma espectacularização de determinadas formas culturais. De acordo com este autor, aqui observa-se duas situações mais recorrentes: (i) a suposição de uma determinada autenticidade baseada na pobreza e na desigualdade; (ii) a suposição de uma determinada autenticidade baseada no simulacro. Não menos importante aqui será, uma vez mais citar, Gonçalves [9] que, ao utilizar a noção de “cultura autêntica” conforme discutida por Edward Sapir, reflecte sobre a “utilidade dessa noção (...) como um instrumento conceptual para interromper todo e qualquer processo de definição e objectivação de formas culturais”. Neste sentido, o autor salienta que “a cultura autêntica é precisamente o que escapa de toda e qualquer definição, classificação e

identificação precisa e objectificadora, tal como ocorre nos discursos do património cultural em seu sentido moderno, especialmente quando articulados por agências do Estado. São exactamente as formas de cultura autêntica que necessariamente escapam das redes desses discursos”.

Numa outra perspectiva, como refere Oliven [10], a tradição evoca “um conjunto de orientações valorativas consagradas pelo passado”, entretanto quotidianamente inventado [11]. Daí que, o que interessa é tentar perceber-se como operam as construções sociais que ligam as tradições às identidades sociais e espaciais. O que, de acordo com Fantin [12], coloca-nos perante o facto de “quando se pensa ‘criar tradições’, não basta ter e executar uma ideia. É preciso mais que isso”. Isto é, uma tradição inventada “precisa não só ter uma certa ‘cara’ mas ser capaz de produzir motivações e emoções sintonizadas com os desejos de um certo colectivo. Isso significa dizer que há algo além (...)” do que se pretende (re)inventar^{iv}.

Cultura, património e preservação

O ‘património cultural’ não está reduzido aos objectos materiais e monumentais, envolvendo produtos culturais intangíveis como a própria vida social que dota de significado e valor o património imaterial como o património material. Esta acepção de cunho mais antropológico tem, inclusivamente, tido uma efectiva repercussão nas actuais orientações normativas, do qual é exemplo a “Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial” da UNESCO [13].

Mas, como salienta Pereiro Pérez [14], este sentido mais antropológico de atribuir sentido aos produtos e manifestações culturais, tem ainda contribuído para uma maior abrangência do que é considerado como património, já que para além das criações extraordinárias de uma cultura elitista, passou-se a também considerar a cultura popular. O autor salienta ainda que o “património cultural deixou de ser unicamente ‘histórico-artístico (entendido como herança que merece ser conservada), para passar a ser algo em que o passado é interpretado a partir do presente e de acordo com critérios de selecção e valoração determinantes em cada época. Isto, num jogo de memórias e esquecimentos, que, no entanto deve responder às necessidade sociais do presente e do futuro”.

É, no entanto, fundamental distinguir a noção de património cultural da noção de cultura, a par dar interligações entre elas. Para Pereiro Pérez [14] o que “distingue a noção de património cultural da de cultura é a forma como a primeira se manifesta na representação da cultura, através da conservação e da transformação do valor dos elementos culturais”. Daí que, “da cultura não podemos patrimonializar nem conservar tudo”, assim decorrendo que o “património cultural seja só uma representação simbólica da cultura, e por isso mesmo, dos processos de selecção, negociação e delimitação dos significados”. Melhor dizendo: a “patrimonialização tende a fixar alguma permanência, quando a cultura, pelo contrário, está em constante mudança”. Tais observações são fundamentais por permitirem salientar que a proposta de salvaguarda do património cultural, (i) não deve incluir tudo, (ii) deve evitar um excessivo discurso de perda de originalidade (autenticidade) cultural – já que pode conduzir a uma imagem de “estatismo na dinâmica incontornável de todas as culturas” [14] –, (iii) não deve ser única e exclusivamente efectuada por decisões externas aos contextos produtores do património que se pretende salvaguardar.

Nesta óptica, tem aqui interesse a sistematização elaborada por Pereiro Pérez [14] acerca de determinadas perspectivas teórico-práticas do património cultural e que, em síntese, a par

das suas interconexões, são distinguidas em: *tradicionalista* ou *folclorista*, *construtivista*, *patrimonialista*, *produtivista* e *participacionista* (ver quadro abaixo).

Quadro 1 - Síntese de perspectivas teórico-práticas sobre património cultural

PERSPECTIVAS	CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DE ABORDAGEM DO PATRIMÓNIO CULTURAL
Tradicionalista ou folclorista	<ul style="list-style-type: none"> - Restrito a um conjunto de bens (materiais e imateriais) associados à cultura popular pré-industrial; - Visão historicista: o património é considerado como objecto e relicário do passado; - Visão conservacionista: o património tem como fim último a conservação, independentemente do uso que dele é feito no presente; - Os critérios de preservação são: época e beleza dos artefactos e edifícios do passado.
Construtivista	<ul style="list-style-type: none"> - Derivado de um processo de construção social, ou seja, a partir das épocas e dos grupos sociais, determinados bens patrimoniais são valorizados e legitimados, em detrimento de outros; - Concebido como: representação simbólica da identidade ou como equivalente a uma cultura.
Patrimonialista	<ul style="list-style-type: none"> - Recuperação do passado a partir da actualidade, assim explicando as alterações nos modos de vida; - Integra elementos culturais que através do processo de patrimonialização adquirem um novo valor.
Produtivista	<ul style="list-style-type: none"> - Recurso para actividades económicas e o turismo cultural; - Património como mercadoria a satisfazer as necessidades contemporâneas de consumo; - Reconvertido em produto ou mercadoria que alimenta um sistema de produção pós-industrial; - O património cultural é concebido como representação das identidades culturais; - Tem pouca consideração pelas ameaças que podem decorrer de uma eventual excessiva exploração turística.
Participacionista	<ul style="list-style-type: none"> - Recuperação e conservação do património se verifica por relação às necessidades sociais contemporâneas e à um processo democrático de apuramento do que é conservado; - Ligada à participação social de modo a acautelar as dinâmicas de monumentalização e “coisificação” de objectos; - Tem como foco primordial as pessoas e seguidamente os bens culturais (“primeiro, o artesão, depois o artesanato; e paralelamente, locais com turistas, em vez de locais turísticos”).

Fonte: Quadro elaborado a partir de Pereiro Pérez [14]

Segundo Gonçalves [9] “os actuais discursos (e políticas) de património cultural talvez possam assumir formas menos onnipotentes, interrompendo-se o esforço obsessivo de objectificação ou naturalização dos patrimónios na medida (...) em que esses discursos são expostos ao reconhecimento da natureza necessariamente ambígua e precária dos objectos que simultaneamente representam e constituem”. Esta observação é aqui pertinente por permitir evidenciar a importância de melhor conhecer, identificar e avaliar os diferentes graus de significação dos elementos que constituem universos patrimoniais. O que, em

outras palavras, remete para a necessidade de olhar com mais atenção as diversificadas, diferentes e desiguais tramas culturais [15].

2. PRESERVAR E DESENVOLVER: UM CONSTANTE DESAFIO

Capacitar a cidade existente em termos de vitalidade social, económica e cultural, nomeadamente das suas áreas degradadas, críticas e decadentes, à partida, constitui o objectivo primordial da reabilitação urbana. Este objectivo advém do confronto com situações urbanas em que a deficiência conjuntural (sobretudo quando reproduzida ao longo do tempo), a exclusão, as desvantagens socioculturais, espaciais e económicas têm alguma proeminência. Mas, paralelamente, a reabilitação somente se justifica porque os contextos a intervir são detentores de recursos, ainda que não exteriorizados ou, por algum motivo, ocultados. Daí a complexidade das questões com que a reabilitação lida e que são de cunho demográfico, habitacional, organizacional, funcional, económico, sociocultural, arquitectónico, político, urbanístico e ambiental. Nesta óptica, a par da necessária e premente conservação do património urbano e cultural, a reabilitação objectiva a melhoria das condições de habitabilidade, a criação e requalificação de equipamentos comunitários, infra-estruturas, instalações e espaços públicos, perspectivando o dinamismo social, económico e cultural dos contextos.

Na “Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa – 2011/2024” [4] é referido que o “novo paradigma de planeamento e gestão da cidade passa por dar prioridade a regenerar a cidade existente, reabilitar o que está em mau estado, reutilizar o que está devoluto, qualificar a cidade consolidada”. Na definição da referida estratégia foi importante o diagnóstico da situação que, entre outros aspectos, identificou certos pontos críticos, de entre os quais, por agora, destacam-se os seguintes: (i) decréscimo populacional, do qual é relevante a perda de aproximadamente 300 mil habitantes entre 1980 e 2001; (ii) elevada taxa de envelhecimento (a mais elevada da Área Metropolitana de Lisboa – AML), a par de uma taxa negativa de crescimento natural e que decorre de uma baixa proporção de jovens; (iii) elevada taxa de degradação dos edifícios, a par de uma elevada taxa de fogos devolutos, muito embora a cidade esteja consolidada em 82% da sua área urbanizável; (iv) um parque edificado e habitacional diversificado e a necessitar de obras de conservação e de reabilitação, incluindo desde os bairros históricos, aos bairros municipais, conjuntos de edifícios e edifícios isolados; (v) ineficácia das políticas de reabilitação até então prosseguidas no sentido de criarem condições de acompanhamento da dinâmica continuada de degradação dos espaços públicos urbanos, de uma melhoria efectiva das condições de habitabilidade, de provimento de equipamentos sociais, de minimização dos riscos de incêndio e sismo, a par da necessidade de uma intervenção mais adequada face às características socio-demográficas da população, entretanto envelhecida, às condições socio-económicas dos residentes e às actividades económicas instaladas; (vi) a premente necessidade de que a agilização do processo de licenciamento urbanístico se de a par da “simplificação e transparência das regras urbanísticas, de programas de apoios financeiros e de incentivos fiscais para clarificar as relações entre os diferentes actores” [4]; (vii) os efeitos perversos do congelamento das rendas, a par da descapitalização dos proprietários e do “prolongado escalonamento das actualizações no caso da realização de obras de reabilitação” [4].

Aqui chama atenção a persistência de um conjunto de problemas sociais e urbanísticos, nomeadamente quando Lisboa se constitui como “objecto de reabilitação urbana” [6] desde meados de 1980. O que, numa outra perspectiva, permite questionar em que medida as

perspectivas de intervenção urbana que se têm apoiado no prefixo *re* se encontra plasmada uma reflexão aturada – e em que medida informada – sobre as múltiplas implicações que as intenções de reabilitar, revitalizar, redinamizar, requalificar, regenerar e reconverter, podem ter nas dinâmicas socioculturais. Dir-se-ia, assim, que a complexidade das problemáticas que se colocam à reabilitação urbana torna particularmente relevante uma análise cuidada e avaliativa da dinâmica até então encetada, deste modo prevendo cenários mais sustentáveis da situação^v.

Reconhecendo-se que os princípios, programas e lógicas orientadoras de tais estratégias de intervenção têm sofrido alterações ao longo dos anos parece-nos, contudo, que muito resta por fazer nestes contextos no que respeita a uma efectiva preservação do património arquitectónico, urbano e cultural, bem como ao nível do desenvolvimento social e urbano de tais lugares.

Observando as questões inicialmente colocadas, defende-se que as perspectivas de preservação e de reabilitação do património não são opostas à ideia de dinâmica social – mas que importa não restringir o sentido da sua *salvaguarda* à simples ideia de perpetuar algo, numa perspectiva de imobilidade perante a História e de recusa da possibilidade de (re)construção de identidade(s). Em termos socioculturais, considera-se poder ter interesse conceber a ideia de *autenticidade* como a capacidade que as sociedades têm para escolher livremente como querem viver o presente sem renunciarem às suas histórias e culturas. Tal perspectiva projecta a possibilidade de compatibilizar a salvaguarda do património com a promoção de melhores condições de adaptação da cidade às necessidades contemporâneas, eventualmente permitindo encontrar vias possíveis para um desenvolvimento social e urbano que não esteja assente no *congelamento* e na espectacularização da cultura – e que tão pouco se encontre economicamente dependente, única e exclusivamente, da gentrificação dos contextos locais.

Referências bibliográficas

[1] PORTAS, Nuno – *À volta da cidade*. Actas do 3.º ENCORE, Vol. 1, Lisboa: LNEC, 2003, pp. 73-78.

[2] VASCONCELLOS, Lélia Mendes de; MELLO, Maria C. Fernandes – *Re: atrás de, depois de ...* In VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana L. Howard (orgs.), *Intervenções em Centros Urbanos – Objectivos, estratégias e resultados*, 2006, pp. 53-66.

[3] GONÇALVES, José Reginaldo Santos – *Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como género de discurso*. In LIPPI OLIVEIRA, Lúcia – *Cidade: História e Desafios*, Rio de Janeiro, FGV, 2002, pp. 108-123.

[4] *Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa – 2011/2024*, CML, Abril de 2011.

[5] *Câmara Municipal de Lisboa (CML)*. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/?idc=661>. Acesso: 15.03.2011.

[6] COSTA, A. Firmino da, RIBEIRO, Manuel João. *A construção social de um objecto de reabilitação*. *Sociedade e Território*; n.ºs 10-11, 1989, pp. 85-95.

[7] COSTA, A. Firmino da – *Sociedade de Bairro*, Oeiras, Celta Editora, 1999.

[8] MORAGAS, Carlos Romero – *Ciudad, cultura y turismo: calidad y autenticidad*. PH:

In Actas do Simpósio Património em Construção – Contextos para a sua Preservação. Série RNI: 84, 2011, LNEC: Lisboa, pp. 89-96.

Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, Año IX, n.º 36, Sevilla, 2001.

[9] GONÇALVES, José R. S. – *Ressonância, materialidade e subjectividade: as culturas como patrimónios*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n.º 23, 2005, pp. 15-36.

[10] OLIVEN, Ruben – *A Parte e o Todo: A Diversidade Cultural no Brasil-Nação*, Petrópolis, Vozes, 1992.

[11] HOBBSAWM, Eric; Terence RANGER (orgs.) – *The Invention of Tradition*, Cambridge, University Press, 1996.

[12] FANTIN, Márcia – *Cidade Dividida. Dilemas e Disputas Simbólicas em Florianópolis*. Editora Cidade Futura, Florianópolis, 2000.

[13] *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*. UNESCO, 2003 (trad. portuguesa).

[14] PEREIRO PÉREZ, Xerardo – *Patrimonialização e transformação das identidades culturais*. In PORTELA, J; CASTRO CALDAS, J. (coord), Portugal Chão. Oeiras, Celta Editora, 2003, pp. 231-247.

[15] TORRICO, Juan A. – *Patrimonio Etnológico: problemática en torno a su definición y objetivos*. PH: Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, Año IX, n.º 36, Sevilla, Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 1997, pp. 97-108.

[16] MENEZES, Marluci – *Património urbano: por onde passa a sua salvaguarda e reabilitação? Uma breve visita à Mouraria*. Cidades Comunidades e Territórios, n.º 11, CET/ISCTE, Lisboa, 2005, pp. 65-82,

[17] QUEIRÓS, José – *Estratégias e discursos políticos em torno da reabilitação de centros urbanos. Considerações exploratórias a partir do caso do Porto*. Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 55, 2007, pp. 91-116.

Notas

- i Esta reflexão integra-se no Projecto de Investigação Programada “Sistemas construídos: memórias, práticas sociais e ambiências urbanas”, em curso no LNEC.
- ii O recurso ao prefixo “re” assume uma tal proeminência no processo de intervenção urbana que, em artigo precedente, foi por nós considerado como o “re” da questão [16].
- iii Como é o caso do “Quarteirão dos Lagares” e que se “tornará o pólo de inserção de actividades económicas, através da instalação do Centro de Inovação da Mouraria”; da “Casa da Severa”, onde será instalado o “Sítio do Fado (...), e que funcionará como um café com actividades ligadas ao fado” [5].
- iv Fantin [12] refere-se à invenção contemporânea de festas tradicionais antes inexistentes.
- v A guisa de exemplo, Queirós [17] questiona o papel que caberá aos habitantes do Porto na actual estratégia de reabilitação e se aos mesmos será dada a oportunidade de ali continuarem a viver ou terem de ir para a periferia, a par da efectiva melhoria das condições de vida e de habitabilidade. O autor ainda questiona sobre como que a reabilitação prosseguida naquela cidade prevê como que a periferia será afectada, entre outras questões particularmente interessantes e que têm por referência uma cuidada análise das gerações de reabilitação urbana do centro do Porto. E que, em síntese, referem-se as seguintes gerações: “1.ª Geração / Pós-25 de Abril de 1974 – impulso revolucionário, participação popular e intervenção social e ‘direito à cidade’, defesa do património edificado, da história e das identidades locais (...); 2.ª Geração / década de 1990 – museificação versus reconversão urbanística, estratégias de patrimonialização e internacionalização, reconfiguração da imagem da cidade, turismo, cultura e grandes eventos (...); 3.ª Geração (desde 2002) – urbanismo competitivo; institucionalização das intervenções; grandes projectos de reconversão urbanística; gentrificação; turismo, cultura e actividades de elevado valor acrescentado (...)”.